



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

**LEI Nº 3.889 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2.008.**  
**“Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS e institui o Conselho Gestor do FHIS.”**

**JOSÉ CARLOS OCTAVIANI**, Prefeito Municipal de Agudos, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Esta Lei cria o Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS e institui o Conselho Gestor do FHIS.

## CAPÍTULO I

### DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

#### Seção I

#### Objetivos e Fontes

**Art. 2º** - Fica criado o Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

**Art. 3º** - O FHIS é constituído por :

- I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;
- II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FHIS;
- III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FHIS; e
- VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

## Seção II

### Do Conselho-Gestor do FHIS

**Art. 4º** - O FHIS será gerido por um Conselho-Gestor.

**Art. 5º**- O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será constituído por 9 (nove) membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito, compreendendo:

I – O Secretário Municipal de Obras;

II – O Secretário Municipal de Saúde;

III – O Secretário Municipal de Assistência Social;

IV – O Secretário Municipal de Finanças;

V – Um representante da Câmara Municipal de Vereadores, indicado pela Mesa Diretora da Câmara;

VI – Dois representantes de associações de moradores;

VII – Dois representantes dos engenheiros e/ou arquitetos atuantes no Município;

**§ 1º** – A Presidência do Conselho-Gestor do FHIS será exercida pelo Secretário de Obras.

**§ 2º** – O Presidente do Conselho-Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.

**§ 3º** – Competirá ao Secretário de Obras proporcionar ao Conselho-Gestor os meios necessários para o exercício das competências deste.

## Seção III

### Das Aplicações dos Recursos do FHIS

**Art. 6º** - As aplicações dos recursos do FHIS poderão ser destinadas a ações vinculadas aos programas da habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – criação de lotes de interesse social;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

**§ único** – Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

## Seção IV

### Das Competências do Conselho Gestor do FHIS

**Art. 7º** - Ao Conselho Gestor do FHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;

II – participar da elaboração de orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;

III – indicar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;

V – estabelecer regimento interno a ser aprovado pelo prefeito.

**§ 1º** – As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.

**§ 2º** – O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

**§ 3º** – O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

**Art. 8º** - Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

**Art. 9º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Agudos, 10 de novembro de 2.008.

**JOSÉ CARLOS OCTAVIANI**

Prefeito Municipal